

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.558 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 6 DE SETEMBRO DE 2002



Jane de Araújo

Eduardo Siqueira Campos diz que obra é fundamental

## Eduardo quer recursos para eclusa no Rio Tocantins

Eclusa garantirá navegação na altura da barragem da Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães, afirma senador, ao reclamar da lentidão na obra.

PÁGINA 4

## Mozarildo exige mais atenção com a Amazônia

PÁGINA 4



Jane de Araújo

Suplicy espera que embaixada leve mensagem a George Bush

## Suplicy pede paz, canta Bob Dylan e recita Drummond

Eduardo Suplicy recorre à música e à poesia em discurso pela paz no mundo e contra possível bombardeio do Iraque pelos Estados Unidos.

PÁGINA 2

## AJUDA ÀS EMPRESAS AÉREAS

# Senadores elogiam socorro, mas cobram melhor serviço

Decisão do governo federal de lançar pacote de medidas para auxiliar financeiramente as companhias aéreas repercute no Plenário. Ao mesmo tempo em que aplaudem iniciativa, senadores advertem para a gravidade da situação.

“Existe perigo rondando no ar. Falta dinheiro para manutenção”

CARLOS PATROCÍNIO

“Empresas são vítimas da exclusão e do sucateamento”

EMILIA FERNANDES



Qualidade do transporte aéreo brasileiro preocupa os senadores

## Francelino defende solução para Aeroporto de Confins

PÁGINA 3



Célio Azevedo

O projeto de Álvaro Dias foi aprovado em caráter terminativo pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado

## Partidos podem ser obrigados a limpar cidade após eleição

Projeto do senador Álvaro Dias determina que os partidos políticos serão obrigados a remover das ruas, até 30 dias depois das eleições, toda a propaganda de seus candidatos e promover a reparação de eventuais danos. Além de outras mudanças na lei, a proposta proíbe a veiculação de propaganda que possa degradar ou ridicularizar candidatos. Já aprovado no Senado, o projeto está em exame na Câmara dos Deputados.

PÁGINA 3

# Marluce pede maior apoio à pequena e microempresa

Senadora defende melhores condições de financiamento e menos burocracia para o setor, que emprega 70% da mão-de-obra do país

A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) fez um apelo ontem, em Plenário, para que seja dado maior apoio às pequenas e microempresas. Ela defende a aprovação de leis que garantam melhores condições de financiamento e a diminuição da burocracia visando, principalmente, impulsionar as exportações desse segmento da economia.

Marluce destacou que o setor constitui 98% do total de empresas existentes no país, sendo responsável por 48% da produção nacional e pelo emprego de 44 milhões de pessoas, ou 70% do total de empregos do país. Porém, segundo informou, o volume de exportações das pequenas e microempresas não chega a 5% do total, apesar de 80% delas fazerem negócios com países do Mercosul.

Na avaliação da senadora, as pe-

quenas e microempresas podem ser a solução para o desemprego no Brasil. Ela ponderou que a cada ano 500 mil novas empresas são criadas no Brasil e, se todas mantivessem suas portas abertas, empregando dois trabalhadores cada, haveria 1 milhão de novos empregos por ano, número capaz de absorver toda a população desempregada e os novos trabalhadores que chegam ao mercado. Porém, lamentou Marluce, nem um terço das empresas abertas anualmente sobrevive até o final do primeiro ano de existência.

— Existe ainda uma agravante: muitos desses pequenos empresários surgiram depois que aceitaram participar de algum programa de demissão voluntária, isto é, perderam seus empregos, confiaram em mil promessas e lhes sobram dívidas, desespero e o drama que se abate sobre toda sua



Para Marluce Pinto, a solução para o desemprego no Brasil pode estar nesse segmento da economia

família — observou a senadora.

Marluce destacou o papel do Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa (Sebrae) na formação dos empresários do setor, com a oferta de cursos, bancos de dados e publicações que lhes dão assistência e orientação para instalarem seus negócios.

# Suplicy canta e recita poema em favor da paz

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) incluiu música e poesia em pronunciamento na sessão plenária de ontem, ao fazer um apelo pela paz no mundo, e, em especial, contra a possibilidade de bombardeio do Iraque pelos Estados Unidos.

Suplicy cantou em inglês a balada celebrizada pelo compositor Bob Dylan como hino pacifista dos anos 60, *Blowing in the Wind* (cujo refrão é “A resposta está soprando no vento”), e pediu que a embaixadora norte-americana no Brasil, Donna Hrinak, levasse a mensagem contida na canção ao presidente de seu país, George W. Bush.

Com o mesmo objetivo, o senador leu o poema *A Bomba*, de autoria de Carlos Drummond de An-



Eduardo Suplicy disse esperar que presidente dos Estados Unidos desista de bombardear o Iraque

drade, e trechos de discurso do líder do movimento negro norte-americano Martin Luther King. Ele disse esperar que o presidente Bush desista do propósito de bombardear o Iraque para que não

se repitam os fatos ocorridos na recente invasão do Afeganistão, que resultou em grande número de inocentes mortos.

Suplicy comentou a importância da realização de plebiscito sobre a entrada no Brasil na Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e leu artigo em que o economista Paulo Nogueira Batista Júnior posiciona-se contra a filiação do país a esse organismo e aponta o risco de “grave perda de autonomia decisória e de inviabilizar o projeto de desenvolvimento nacional”.

O senador manifestou também sua preocupação com a possibilidade de que o Fundo Monetário Internacional (FMI) venha a pressionar o Brasil a aderir à Alca.

# Pesar pela morte do secretário de governo de Montes Claros

Os senadores acolheram, na sessão de ontem, requerimento de iniciativa do senador Francellino Pereira (PFL-MG) propondo voto de pesar pelo falecimento do secretário de governo de Montes Claros (MG), Manoel Caribé Filho, ocorrido na madrugada da última quarta-feira, em acidente de carro.

Francellino Pereira destacou a admiração da população da cidade de Montes Claros pelo secretário, que, conforme informou, era tido como um dos mais dedicados e competentes administradores municipais de Minas Gerais e morreu, inclusive, a serviço da prefeitura local.

De acordo com o senador, o acidente ocorreu em uma rodovia localizada na região do Rio São Francisco. No automóvel em que estava Caribé Filho também viajavam o prefeito de Montes Claros, Jairo Ataíde, e o motorista José Fernandes, que sofreram ferimentos.

O senador Carlos Patrocínio (PTB-TO), que é natural de Minas Gerais, associou-se à iniciativa de Francellino Pereira, lastimando a morte de Manoel Caribé Filho e encaminhando seus pêsames aos familiares e amigos do secretário. Ele contou que a família Caribé é tradicional e muito querida na região norte mineira.

Fotos: Jane de Araújo

# Novos projetos de autorização para rádios chegam ao Senado

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), na presidência da sessão de ontem, anunciou a chegada, ao Senado, de 11 projetos de decreto legislativo encaminhados pela Câmara que tratam da autorização para o funcionamento de emissoras de rádio em cidades do Amazonas, Acre, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraíba, Rio Grande do Sul e São Paulo.

Os projetos, informou Mozarildo, têm prazo de tramitação de 45 dias e poderão receber emendas, pelo período de cinco dias úteis, na Comissão de Educação (CE), onde serão analisados.



O *Jornal do Senado* publica nesta coluna perguntas e sugestões dirigidas aos senadores abordando questões de interesse público. A desta edição foi veiculada pela TV Senado. Você pode participar e obter resposta, ligando gratuitamente para o serviço *A Voz do Cidadão* — 0800 661 2211 — e autorizando a publicação.

*Gilvan de Barros, de Petrolina (PE):* Quero sugerir a implantação de aulas profissionalizantes no ensino médio.

*O senador Roberto Freire (PPS-PE) responde:* É importante expandir o curso profissionalizante pelo Brasil, porque nem todos os estudantes que terminam o curso médio ingressam nas universidades. Muitos se encaminham para o ensino profissionalizante e têm um bom futuro e uma profissão. Isso é de interesse do país e deve ser um dos objetivos fundamentais de qualquer futuro governo.



## Patrocínio: ajuda a empresas aéreas pode evitar tragédias

O senador Carlos Patrocínio (PTB-TO) elogiou ontem a decisão do governo federal de lançar um pacote de medidas para auxiliar financeiramente as companhias aéreas. Ele chamou a atenção para a gravidade da situação dessas em-



Patrocínio adverte que governo deve cobrar bons serviços

presas, que, segundo disse, não estão conseguindo arcar com os custos de manutenção das aeronaves.

Patrocínio afirmou que o Senado já havia advertido o governo para os riscos advindos da falta de manutenção dos aviões, que pode levar a acidentes fatais, como o ocorrido na semana passada no Acre.

— Existe perigo no ar. A maioria

das companhias está falida e não tem dinheiro para manutenção e reposição de peças.

O senador acredita que os recursos disponibilizados poderão evitar tragédias, mas observou que o governo precisa cobrar bons serviços. Ele reclamou também de algumas empresas, citando, especificamente, a Nordeste, ligada à Varig, que, para ele, não tem prestado um bom serviço nas linhas interioranas.

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) disse concordar com as reclamações contra os serviços de algumas empresas, mas lembrou que elas aceitaram fazer um trabalho pioneiro.

## Para Emilia, pacote da aviação tem apenas medidas paliativas

A senadora Emilia Fernandes (PT-RS) denunciou ontem que o pacote de medidas para o setor de aviação contém somente providências paliativas, que aliviam mas não resolvem a situação das empresas brasileiras de transporte aéreo. Essas companhias, acrescentou, estariam sendo vítimas de um processo de exclusão e sucateamento.

— As empresas chegaram ao limite extremo da possibilidade de sobrevivência — afirmou a senadora, que identifica um propósito de abertura às empresas estrangeiras no

tratamento que o governo vem dando ao setor.

Emilia ressaltou que a crise é antiga e que as medidas adotadas agora vinham sendo solicitadas há muitos anos, tendo sido objeto de vários dos seus pronunciamentos, mas que hoje já são insuficientes. Ela pediu mais atenção do governo, não só pelas dificuldades enfrentadas pelas empresas, mas também pelo grande número de trabalhadores ameaçados de desemprego e pelo risco que o sucateamento dos equipamentos representa.

## Francelino quer solução para crise do Aeroporto de Confins

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) apelou ontem às autoridades por uma solução imediata para a crise em que se encontra o Aeroporto Internacional Tancredo Neves, conhecido por Aeroporto de Confins, localizado a menos de 39 quilômetros de Belo Horizonte (MG).

— O Aeroporto de Confins está agonizando e caminha para a ociosidade, com a falta de vôos e de passageiros, atendendo hoje a cerca de 500 mil pessoas, com capacidade operacional para 5 milhões — lamentou o senador, informando que as principais companhias aéreas não querem mais operar em Confins.



Francelino aponta lobby das empresas contra o aeroporto

Francelino salientou que tem preocupação especial com o terminal, pois a construção aconteceu durante seu governo e custou US\$ 550 milhões aos cofres públicos, o que resultou em uma obra moderna e grandiosa.

Segundo Francelino, o motivo alegado pelas empresas para o uso do Aeroporto da Pampulha em detrimento de Confins é a distância deste segundo terminal em relação ao centro da capital. Para ele, no entanto, a ociosidade do terminal é resultado de um forte lobby das empresas, que preferem operar com menos segurança, mas com redução de custos.

# Álvaro propõe que partidos limpem cidade após a eleição

Projeto muda vários itens da legislação eleitoral e define a responsabilidade pela retirada de todos os vestígios da campanha

O senador Álvaro Dias (PDT-PR) quer que os partidos políticos tenham a incumbência de limpar as cidades de todos os vestígios da campanha eleitoral, num prazo de até 30 dias após as eleições. A proposta consta de projeto de lei já aprovado no Senado, que será analisado pela



Álvaro quer proibir uso de dinheiro público em shows na época de campanha

Câmara dos Deputados.

O projeto de Álvaro Dias introduz várias mudanças na Lei 9.504/97, que estabelece um conjunto de normas eleitorais, e na Lei 4.737/65, que instituiu o Código Eleitoral. A proposta determina que “os partidos políticos deverão remover a propaganda eleitoral que eles ou seus candidatos tenham fixado, nos bens e logradouros públicos, ou nas fachadas ou tapumes de bens particulares, e promover a reparação

de eventuais danos, até 30 dias após a realização das eleições, sob pena de multa de mil a 20 mil Ufirs”.

Entre as alterações propostas na atual legislação, Álvaro Dias quer também abolir o dispositivo que obriga que as doações aos partidos políticos, de até dez Ufirs (Unidade Fiscal de Referência), sejam feitas por meio de cheques cruzados e nominais.

O projeto considera “infração”, em vez de “crime”, o uso de altofalantes e amplificadores de som ou a promoção de comícios ou carreatas e a distribuição de material de propaganda política pelos partidos, no dia das eleições. E proíbe a veiculação de propaganda que possa degradar ou ridicularizar candidatos, sujeitando o partido ou coligação infrator à

perda do direito à veiculação de propaganda no horário eleitoral gratuito do dia seguinte.

A proposta veda a contratação de shows artísticos pagos com recursos públicos, na realização de inaugurações, nos três meses que antecederem às eleições, sujeitando o infrator à cassação do registro ou do diploma.

Estabelece ainda a proposta que os tribunais regionais eleitorais devem ser ouvidos quando o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) tiver de determinar, de ofício, a revisão ou correção de zonas eleitorais. Pretende, também, descentralizar as funções da Justiça Eleitoral, determinando que todos os seus órgãos, e não apenas o TSE, como determina a lei atual, possam requisitar das emissoras de rádio e televisão os boletins e instruções ao eleitorado. Exige, ainda, a designação, por parte dos tribunais eleitorais, de até seis juízes auxiliares, e não apenas três, como atualmente, para a apreciação das reclamações.

## Campanha desmoraliza debate político, diz Lauro

Em discurso feito ontem em Plenário, o senador Lauro Campos (PDT-DF) lamentou o baixo nível da campanha eleitoral, que, na sua opinião, em vez de informar os eleitores, apresenta mentiras. Para o senador, o país observa, dessa maneira, o aprofundamento da desmoralização do debate político.

— Esse será o resultado final dessa prática eleitoral criminosa. Há candidatos cantando *Ciranda, Cirandinha*, ensinando criancinhas a atravessar a rua e, assim, acreditam que agradam os eleitores. Os candidatos deveriam alertar os eleitores para a situação gravíssima em que nos encontramos. Mas assistimos ao contrário — afirmou Lauro, que lamentou não poder melhorar o nível da discussão nos 30 segundos diários a que tem direito no horário eleitoral gratuito.

O senador lembrou que há um ano fez um discurso afirmando que os candidatos optariam entre o silêncio e a mentira. Como exemplo de mentira, apresentou o programa *Avança Brasil*, do governo federal, e desafiou qualquer pessoa a apresentar algo no livro que não seja

mentira. O silêncio, frisou, é a estratégia dos “escapistas”, dos que não se querem comprometer.

Lauro mostrou o livro *O Fim do Emprego*, de Jeremy Rifkin, para demonstrar que existem boas análises que, se fossem conhecidas, evitariam que os candidatos se transformassem em “enganadores enganados”.

— Não procuramos adquirir as bases das informações e perspectivas e então assistimos ao espetáculo de candidatos prometendo salvar o capitalismo de seus problemas e a sociedade de suas angústias — disse.

No processo de neoliberalização, analisou o senador, as instituições e direitos adquiridos passam a ser vistos como obstáculos para o mercado. Com essa lógica, o mercado, por ser “racional, divino e iluminado”, deve atuar com sua inteligência e seu poder de maneira livre, sem que os trabalhadores tenham direitos



Lauro Campos: candidatos deveriam alertar para gravidade da situação

ou garantias que o atrapalhem.

Como solução para o desemprego, Lauro sugeriu o aumento do número de vagas no serviço público. Segundo ele, o capitalismo gera desemprego e não sustenta um nível de investimento suficiente para manter a população ocupada. Assim, o

senador acredita que a solução é reempregar as pessoas como funcionários públicos, que, então, se tornariam “consumidores improdutivos”.

— É triste expressar a verdade. Mas eu só tenho essa e não a troco por mentiras ou por espertezas da cabeça — afirmou o senador.

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) manifestou a sua admiração por Lauro Campos e disse que qualquer pessoa de bom senso deve sentir a mesma admiração pela convicção ideológica e pela firmeza programática do senador.

# Mozarildo pede mais atenção para Amazônia

Ao lembrar ontem o dia dedicado à região, ele defendeu a aprovação de duas propostas de sua autoria: uma que destina recursos para pesquisa e outra que estabelece limite de extensão para reservas ambientais

Por ocasião da passagem, ontem, do Dia da Amazônia, o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) defendeu, em Plenário, a aprovação de duas propostas de emenda à Constituição. A primeira proposição estipula a destinação de 0,5% da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) repassada pela União a instituições federais de ensino da Amazônia Legal, para aplicação em programas de ensino, pesquisa e extensão voltados à promoção do desenvolvimento sustentável. O texto foi acolhido pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A segunda estabelece em 30% o percentual da extensão de cada unidade da Federação que poderá ser destinado a reservas indígenas e ambientais, além de tornar obrigatória a consulta ao Senado sobre a criação de nova área de preservação. A matéria também recebeu parecer favorável da CCJ,



Apesar de ocupar 60% do território, a Amazônia não recebe a atenção merecida, diz Mozarildo

com emenda do relator, senador Amir Lando (PMDB-RO), que amplia o limite de 30% para 50%.

Mozarildo observou que a Amazônia ocupa quase 60% do território nacional e, apesar disso, não tem merecido a devida atenção. Se ali existem enormes riquezas naturais, como as reservas de água doce e seu "infinito tesouro de biodiversidade", disse ele, a fal-

ta de recursos tem prejudicado a ação das Forças Armadas, que atuam "apenas pelo patriotismo".

Em aparte, Marluce Pinto (PMDB-RR) anunciou que três emendas de sua autoria ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2003 evitaram a falta de verbas para o Programa Calha Norte, que prevê o aumento da presença das Forças Armadas nas fronteiras da Amazônia.

Moreira Mendes (PFL-RO) e Fernando Ribeiro (PMDB-PA) defenderam a adoção de compensações financeiras aos estados da região, cujo desenvolvimento seria limitado pelas restrições legais ao uso de suas terras. Roberto Saturnino (PT-RJ), por sua vez, afirmou que o destino da Amazônia deve preocupar todos os brasileiros, pois tem crescido a cobiça internacional por seus recursos.

Pedro Simon (PMDB-RS) lamentou que, até o momento, a região não tenha sido tema de debates na campanha eleitoral.

## Plenário discute proposta que beneficia região

O Plenário do Senado realizou o segundo dia de discussão, em primeiro turno, da proposta de emenda à Constituição (PEC) que reserva percentual do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para o financiamento de instituições federais de ensino superior localizadas na

Amazônia Legal, de autoria do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR). Depois do quinto dia de discussão, a PEC estará pronta para a primeira votação, caso não sejam apresentadas emendas.

Na presidência dos trabalhos, Mozarildo adiou para a próxima sessão deliberativa do Senado a

votação dos demais itens da pauta de ontem. Quando os senadores voltarem a se reunir em sessão com ordem do dia, serão votados sete projetos de decreto legislativo que renovam permissões ou autorizam o funcionamento de emissoras de rádio em diversas cidades brasileiras.

## Moreira critica atuação do Ibama em Rondônia

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) criticou ontem, em Plenário, a atitude de funcionários da seção de Rondônia do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), que estariam resistindo à aplicação de um decreto presidencial sobre a ampliação do limite de terras a serem utilizadas pelos agricultores locais.

De acordo com Moreira, decreto assinado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso permite o uso de até 50% das terras privadas em Rondônia para a produção, desde que essas terras este-

jam incluídas em áreas consideradas próprias para a agricultura pelo zoneamento econômico e ecológico do estado. Mas funcionários do Ibama ainda estariam insistindo na aplicação de dispositivo da Medida Provisória 2.166, que obriga os proprietários a manter intactas 80% das terras.

O senador criticou a funcionária Marisia Néri de Oliveira, de Jipará, que teria declarado que o decreto presidencial não teria passado de acomodação política. Ele anunciou que exigiria do governo a exoneração da funcionária, que ocupa cargo de confiança.



Segundo Moreira Mendes, funcionários do órgão vêm descumprindo legislação

Em aparte, Chico Sartori (PSDB-RO) concordou com Moreira, apesar de ter apoiado a indicação da funcionária. Ele se ofereceu para acompanhar o colega à audiência com o presidente do Ibama, Rômulo Mello, para solicitar a exoneração da servidora.

## Emilia protesta contra cortes no Orçamento

A senadora Emilia Fernandes (PT-RS) protestou contra cortes nos investimentos sociais contidos na proposta de Orçamento da União para 2003, enviada ao exame do Congresso pelo governo. Ela pede a união dos parlamentares, acima de partidos, para derrubar os cortes.

— Trata-se de uma proposta orçamentária vergonhosa, que deixa para o próximo presidente da República um quadro de extremas dificuldades, que só podem ser enfrentadas pelo estabelecimento de um novo pacto federativo — afirmou.

Segundo Emilia, R\$ 5 bilhões deverão ser reduzidos no campo social, de um total de cortes de 13%, o que significa alterar



Para Emilia Fernandes, "trata-se de uma proposta orçamentária vergonhosa"

a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) aprovada pelo Congresso.

Para a senadora, o aumento previsto para o salário mínimo é "um dos pontos mais ultrajantes da proposta".

## Eduardo cobra recursos para término de eclusa

Ao destacar a importância da construção de eclusa no Rio Tocantins, que vai garantir a navegação na altura da barragem da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães, o senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) cobrou do presidente Fernando Henrique Cardoso, do ministro dos Transportes, João Henrique de Almeida Sousa, e das autoridades envolvidas, a liberação dos recursos orçamentários para a conclusão do empreendimento.

Segundo o senador, a obra, que tem R\$ 8 milhões previstos no Orçamento de 2002, está sendo realizada em ritmo lento, pois o dinheiro empenhado ainda não foi liberado. Além da eclusa ser fundamental para a economia do Tocantins, 2.200 operários seriam contratados com a liberação dos recursos, afirmou Eduardo.

— Com a eclusa, o produto produzido em Barreiras (BA), Rio Formoso e Pedro Afonso (TO) chegará até Imperatriz (MA), onde, pela Ferrovia Norte-Sul, pode ir ao Por-



Eduardo Siqueira Campos destaca importância da obra no Rio Tocantins

to de Itaqui, no Maranhão, que é o porto mais próximo dos Estados Unidos — disse.

Eduardo lembrou que a atividade agrícola às margens do Rio Tocantins é intensa, com a produção de soja. Atualmente o escoamento da safra enfrenta grandes problemas, trafegando por 3 mil quilômetros até chegar aos portos.

A obra, de acordo com o senador, representa grande racionalização e barateamento dos custos de transporte, fazendo com que a soja produzida na região seja competitiva no mercado externo.